



## **EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025**

**Proc. Adm. nº 2001/2024**

**Objeto: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN E MINI VAN PARA TRANSPORTE DE PACIENTES**

Após análise de Impugnação apresentada pela empresa HAB TRANSPORTES LTDA, verificou-se que o presente pedido não preenche os requisitos formais para sua admissibilidade, uma vez que a impugnante possui a seguinte sanção vigente, em todas as entidades e/ou fundos deste município:

**“Impedimento de Licitar e contratar com a Administração Pública pelo período de 05 (cinco) anos (Art. 07, da Lei 10.520/02).”**

Sendo assim, entende-se que qualquer solicitação, feita pela impugnante, de alteração às cláusulas do instrumento convocatório, configura-se ato meramente protelatório, tendo em vista a impossibilidade de sua participação no certame em questão face os motivos supracitados.

Inobstante tal fato, esta Administração tem por tradição responder todos os aspectos questionados por seus licitantes, no intuito de esclarecer e dar transparência aos seus atos.

A Procuradoria Geral do Município já se manifestou em ocasiões semelhantes, pela inviabilidade da alteração das regras do Instrumento Convocatório, visto que, a Administração Pública é quem detém da discricionariedade para especificar as cláusulas previstas no Edital, bem como o descritivo do objeto, desde que não haja violação dos princípios que regem a Lei 14.133/21, assegurando a igualdade de condições a todos os concorrentes.

Isto posto, restando configurado o atendimento ao disposto nas legislações vigentes e aplicáveis ao presente caso, recebemos a impugnação interposta uma vez tempestiva, para no mérito, negar-lhe provimento, face aos argumentos acima expostos.

É como decido.

Sumidouro, 17 de janeiro de 2025.

***Ary Mendes de Souza***  
**Pregoeiro Substituto**